



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE CLÓVIS MOURA PARA O DEBATE DA QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL.

SANDRA REGINA VAZ DA SILVA ¹
MARIA HELENA ELPIDIO ²
GUSTAVO GONÇALVES FAGUNDES ³
JOÃO PAULO DA SILVA VALDO ⁴
LEONARDO DIAS ALVES ⁴

RESUMO: O artigo aborda a contribuição da obra de Clóvis Moura para o debate da questão racial no serviço social brasileiro. Parte do esforço coletivo de estudos bibliográficos que indicaram um conjunto de categorias do pensamento moureano que atravessam a formação social brasileira e têm na questão racial, pedra de toque nas relações de produção e reprodução da vida social no processo de constituição e desenvolvimento do capitalismo. Retoma desta apreensão, o diálogo entre as categorias apresentadas por Moura e os fundamentos que orientam a formação e o trabalho do serviço social brasileiro na perspectiva histórico-crítica. Pretende-se contribuir para uma formação radicalmente crítica

-
- 1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense/niteroi
 - 2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Espírito Santo
 - 3 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Juiz De Fora
 - 4 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro
-

antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Clóvis Moura; Questão racial; Fundamentos e Formação em Serviço Social.

ABSTRACT: The article addresses the contribution of Clóvis Moura's work to the debate on the racial issue in Brazilian social work. It starts from the collective effort of bibliographic studies that indicated a set of categories of Moorish thought that cross the Brazilian social formation and have the racial issue, a touchstone in the relations of production and reproduction of social life in the process of constitution and development of capitalism. From this apprehension, the dialogue between the categories presented by Moura and the foundations that guide the formation and work of the Brazilian social service in the historical-critical perspective resumes. It is intended to contribute to a radically critical anti-racist formation.

KEYWORDS: Clóvis Moura; Racial issue; Fundamentals and Training in Social Work.

1. INTRODUÇÃO AO DEBATE: Porque Clóvis Moura?

O presente trabalho é fruto da articulação dos grupos ILÈ SI IMÓ⁵, vinculado ao grupo de Estudos Interfaces (Universidade Federal do Espírito Santo) e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Racial e Serviço Social (Universidade Federal Fluminense). Motivados pelo acúmulo no debate dos fundamentos e diante do desafio e necessidade de debater a questão racial na particularidade da formação

5Ilè Si Imó em Iorubá significa casa do conhecimento (de nós, para nós e sobre nós na cosmogonia africana).

sócio-histórica brasileira e as articulações com o serviço social brasileiro, buscaram se reunir para a construção de uma proposta de estudos coletivos, que elencou o pensamento de Clóvis Moura como principal interlocutor⁶. Nesse contexto, surge o grupo de estudo: Clóvis Moura no debate do pensamento social brasileiro.

Agregando pesquisadores, docentes, estudantes de graduação e pós-graduação stricto sensu e assistentes sociais com vinculação às respectivas universidades e grupos de estudos e pesquisas, partimos dos seguintes objetivos:

i) reivindicar a teoria crítica no debate da questão racial para apreensão da realidade social a partir da obra de Clóvis Moura; ii) fortalecer a interlocução entre os grupos de forma institucional na graduação e pós-graduação, a fim de construir produções acadêmicas e coletivas e feitas por mãos negras; e iii) construir um coletivo de docentes, discentes, profissionais e de militantes negras/os, para fortalecer o debate da questão racial e sua articulação com os fundamentos do serviço social.

A contribuição do pensamento de Clóvis Moura à formação profissional em Serviço Social, reside na densidade do autor no que tange ao debate da questão racial como elemento central das relações sociais e nos distintos momentos da formação social brasileira, em uma perspectiva histórico-crítica abordada como em poucas obras, sobre o pensamento social brasileiro. Deste modo, a obra de Clóvis apresenta a radicalidade da história e o horizonte revolucionário a partir da rebeldia do negro escravizado e seu movimento permanente de sujeito no modo de produção e reprodução da vida social, nos diferentes momentos de constituição e desenvolvimento do capitalismo dependente. Deste modo, há no pensamento moureano elementos centrais que abordam como a questão racial é fundante na constituição da questão social, na perspectiva que a mesma é intrínseca ao modo de produção capitalista, com fortes atravessamentos na realidade brasileira. Ou seja, nos ajuda a apreender no movimento histórico, a gênese, o desenvolvimento, as particularidades, as manifestações e os aprofundamentos da questão social na dinâmica da luta de classes; e por conseguinte, se encontra como elemento

⁶Cabe destacar o pioneirismo do diálogo do serviço social com este autor, considerando a tese de doutorado de Ana Paula Procópio, denominada, **O contrário de casa grande não é senzala**. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

fundamental ao serviço social brasileiro, que tem nas expressões da questão social sua matéria prima (IAMAMOTO, 1995).

A partir destes elementos introdutórios, considerando a lógica curricular instituída pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), composta por núcleos de fundamentação que permeiam a formação profissional entendemos o adensamento do pensamento crítico radical sobre o debate racial, se constitui como estratégico para o fortalecimento do projeto de formação profissional e conseqüentemente, do exercício da profissão no horizonte do projeto ético-político. (ELPIDIO, 2021)

Nesse sentido, reivindicar Clóvis Moura, sua veia crítica e radical ao Serviço Social é cada vez mais urgente e necessário, considerando: i) os estudos sobre a formação sócio-histórica brasileira e as relações étnico-raciais pensadas à partir da confluência entre racismo, capitalismo e luta de classes; ii) o mito da democracia racial e o debate com os principais expoentes do pensamento social brasileiro; iii) o método de análise norteado pela perspectiva de totalidade, contradição, conflito e resistência, como pressupõe o método em Marx; iv) a práxis negra e o lugar de negras e negros descendentes de africanos escravizados como sujeito histórico e político da sociedade brasileira.

Ao contrário de tendências pós-modernas e conservadoras que abordam a questão racial como elemento descolado da luta de classes, o autor a aborda como dimensão constitutiva da totalidade histórica – considera particularidade e singularidades no movimento da história, e por isso, a radicalidade do debate e sua *Dialética Radical*. Mostra neste caminho a práxis negra, prenhe de movimentos contraditórios que contestam e resistem à lógica obtusa e fracassada do capitalismo como projeto civilizatório e emancipatório da modernidade. Anuncia desde as primeiras rebeliões e resistências das experiências malungas de vidas capturadas para a travessia do oceano negro da escravidão, que “Vidas Negras Importam”!

O artigo possui dois itens. Um primeiro aborda em linhas gerais as contribuições da obra moureana nos livros estudados pelo grupo, priorizando algumas categorias que dialogam com os fundamentos do serviço social; e um segundo tópico, que retoma a lógica curricular das DC e reforça a importância do

debate da questão racial na formação profissional.

2. CLÓVIS MOURA E A PARTICULARIDADE DE FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A formação social brasileira soma-se a particularidade latino – americana, de economia periférica, marcada pelo colonialismo, escravismo e relações de dominação e subordinação, com diferentes formas de emergência e desenvolvimento, que são permeadas por uma dupla articulação entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista. Moura (2021) inclusive aponta que o elemento que unifica os países da América Latina é a pobreza, miséria e a condição de subdesenvolvimento oriunda da condição inicial de escravização da população latina.

Clóvis Moura (2014a) fundamentado na crítica da economia política de Marx (2013), aponta para a escravidão na América, e a escravidão moderna, como inerente a acumulação primitiva do capital e sua constituição. Esta que possibilitou a transição clássica do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista nos países da Europa Ocidental, valendo-se do colonialismo e do sistema colonial como impulsionador na emergência do capital industrial, que “nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (MARX, 2013, p.830).

Nessa esteira, um mercado de escoamento foi instituído através do monopólio das colônias para que “tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluí(sssem) à metrópole e lá se transforma(sssem) em capital” (MARX, 2013, p.823). Assim, com a violência enquanto potência econômica (MARX, 2013), foi possível ao sistema colonial promover a concentração de capital de forma brutal, e ascender no desenvolvimento industrial no período manufatureiro, através da supremacia comercial.

Para esse alcance Moura (2014a) aponta o desenvolvimento interno da sociedade colonial, caracterizada por um sistema de estratificação social fechado em sua estrutura, e o papel das nações colonizadoras no processo de expansão comercial e mercantil.

No Brasil, assim como na realidade latino-americana, o desenvolvimento do capitalismo ocorreu de forma tardia, com elementos comuns oriundos de formações sociais em que este (capitalismo) teria se desenvolvido por uma via “não clássica”, determinada pelo colonialismo. Foi, portanto, pelo sistema colonial que ocorreu o processo de objetivação do capitalismo, com caráter necessariamente dependente.

A expropriação, de colonização portuguesa no Brasil, perpassou pela extração de produtos naturais e trocas, a partir de um sistema de escambo com os povos indígenas (que exigia o trabalho indígena sem nada em troca), para um processo de semi servidão disfarçada, protagonizada pelos jesuítas. Um mecanismo que ocasionou a degradação e marginalização progressiva de sua cultura e do seu próprio processo produtivo (MOURA, 2014a).

Das capitanias hereditárias ao tráfico de africanos escravizados, de 1500 a 1530 a exploração da terra se dava pelo colono reinol, enviados para o Brasil para realizar tal trabalho, em coexistência às tentativas violentas de escravização indígena, que resistia a essa imposição.

No entanto, a escravidão negra ao se despontar pelo desenvolvimento e estratificação do sistema colonial a partir da experiência própria de Portugal e da transformação do tráfico em atividade mercantil, possibilitou combinar as necessidades do grande empreendimento que foi o colonialismo (FANON, 1979); (MOURA, 2014a)

Assim, o comércio marítimo triangular comandado pelas nações europeias estabeleceu as relações comerciais mercantis entre Europa, África e Américas, que, através de seus negócios rentáveis, sobretudo o comércio de africanos escravizados, financiou a Revolução Industrial (1760-1850) (MOURA, 2014); (WILLIAMS, 2012).

O tripé da economia e política das metrópoles consistiu nas grandes companhias navegadoras que tinham em suas sedes traficantes de escravos, as grandes plantações em áreas colonizadas e o monopólio comercial. Como nos mostra Moura (2014a), esse tripé compôs uma unidade contraditória que possibilitou lucros incalculáveis, organizou e expandiu o mercado mundial e estruturou a divisão internacional e racial do trabalho.

Uma construção possível a partir da divisão e racialização do mundo, da oposição entre colonizador e colonizado baseada na opressão, que teve como pressuposto a violência e a alienação colonial. Nesse sentido, a relação entre raça e colonialismo são intrínsecas e fundantes na divisão do mundo e sua organização maniqueísta, que logrou a desumanização e a animalização do colonizado (FANON, 1979).

Assim, o racismo moderno emergiu com o capitalismo, e, seu significado, embora ambivalente, perpassa pela determinação social, ideológica e política criada para justificar a expansão e dominação territorial das nações a partir da hierarquização das relações étnico-raciais. Uma lógica que explica também a permanência e atualidade do racismo na era do capitalismo monopolista e imperialismo, que, sob novos mecanismos, mantém as regiões colonizadas subordinadas ao domínio e exploração neocolonial (MOURA, 1994).

Dando centralidade à questão racial na formação social brasileira, o pensamento de Clóvis Moura corrobora na compreensão dos processos de hierarquização das relações raciais na emergência da estrutura do capitalismo dependente e desenvolvimento posterior. Com isso, nos provoca pensar a partir da confluência entre raça e classe, o lugar de negras e negros na sociedade brasileira, sua centralidade na luta de classes, a radicalidade e o protagonismo das lutas de africanos e seus descendentes pela liberdade e a sua própria existência humana no escravismo colonial e imperial.

Conforme os estudos de Silva e Fagundes (2022) “o Brasil da metade final do século XIX respondia às tendências estabelecidas no âmbito do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho” (p.226-227) devido ao processo de ampliação e consolidação das relações comerciais em nível internacional.

Isso porque, demonstrando o dinamismo do sistema escravista, Moura (2014) nos mostra a partir de dois importantes marcos – escravismo pleno (1550 à 1850) e escravismo tardio (1850 à 1888) – o processo de modificações sem mudanças estruturais em que a formação da sociedade brasileira passou, preservando o domínio e interesse das nações do centro no mercado capitalista mundial em expansão (SILVA; FAGUNDES, 2022).

Se a fase do escravismo pleno foi marcada por uma economia colonial fechada, articulada e subordinada ao monopólio comercial da metrópole, na fase do escravismo tardio ocorre a desagregação do regime escravista e a formação da sociedade brasileira a partir de um novo arranjo jurídico-político que, antecedendo a abolição da escravatura, transformou a legislação escravista, a importação da mão de obra imigrante para o trabalho assalariado e a consolidação da dependência econômica como mecanismos necessários.

Inaugurado nos marcos do período imperial (1822-1889), o modo de produção capitalista esteve profundamente marcado pela dependência político-econômica e por um latifúndio escravista que garantiu um rearranjo entre trabalho escravizado e regime de assalariamento por décadas. Uma transição que concentrou africanos e seus descendentes escravizados e trabalhadores livres nos mesmos espaços de trabalho.

Assim, a modernização brasileira apesar de estabelecer um conjunto de valores nas relações entre grupos e classes sociais, esteve em sua essência, subordinada aos interesses do capitalismo internacional — particularmente inglês —, à classe senhorial que detinha a posse do escravizado e de parcelas livres. A burguesia nacional nascente valeu-se da modernização via endividamento externo, para estabelecer a conciliação e manutenção de seus privilégios de classe na passagem do escravismo tardio para o trabalho livre (MOURA, 2014b).

Os marcos jurídico-político do processo de decomposição do escravismo tardio para o trabalho livre aliado à manutenção de interesses e privilégios da jovem burguesia corresponderam: a Tarifa Alves Branco (1844), a Lei da Terra (1850), Lei Eusébio de Queiroz (1850), Guerra do Paraguai (1865-1870), o movimento imigracionista associado à política do branqueamento. Ou seja, uma junção de mecanismos que combinaram elementos jurídico-políticos e ideológicos na base da constituição e desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Em ambos marcos temporais (escravismo pleno e escravismo tardio), Moura (2014b) também destaca a resistência negra como marca substantiva de sua libertação e humanização. Isso porquê, ao ser socialmente coisificado na relação econômica estabelecida, a integração do sujeito escravizado nessa relação criava

elementos da própria contradição que mantinha o equilíbrio social desse sistema: o antagonismo entre senhores e escravizados (MOURA, 2014 b).

Quilombos, guerrilhas, suicídios e insurreições compuseram a luta pela libertação numa relação marcada pelo antagonismo entre duas classes sociais: senhores e escravizados⁷. Como afirma Moura (2014a, p.398): ao negar a sua condição escravizada, mesmo sem conscientização, o quilombola criou as “premissas para a projeção de um regime novo no qual o trabalho seria exercido pelo homem livre e que não era mais simples mercadoria, mas vendedor de uma: sua força de trabalho”.

A resistência retardava o processo de produção e criava desajustes que impulsionavam a sociedade para a construção de novas formas de sociabilidade. Nesse sentido, Clóvis Moura em todo seu pensamento e produção intelectual procurou demonstrar que, ao contrário da designação passiva dada ao escravizado pela historiografia brasileira, sobretudo conservadora, nas dimensões econômico-social o escravizado em fuga representava a negação da ordem estabelecida. A antinomia da sociedade brasileira.

Logo, os desdobramentos em torno desse feito perpassaram pelo controle social e estratégias repressivas e de sua libertação, que, embora permeada por distintos interesses voltados a instituição do trabalho livre, fez emergir campanhas abolicionistas mediadas por instituições legais, posições parlamentares em apoio à manumissão e ligas voltadas a alforria (MOURA, 2014). A práxis negra potencializou desgastes no sistema escravista e demarcou a participação de negras e negros enquanto sujeitos políticos, também incorporado nos diferentes movimentos organizados, segmentos sociais e políticos da história.

Esses elementos demonstram que por uma via “não clássica” a “revolução burguesa no Brasil” foi instituída, mas, mediante a conciliação de interesses que manteve a população negra de fora do processo. Ademais, valeram –se ideologicamente de escravizadas e escravizados como posse, mercadoria e coisa,

⁷A dicotomia e/ou o antagonismo entre classes sociais, conforme referido por Clóvis Moura (2014b), não desconsidera a existência de grupos, camadas ou segmentos que também estavam inseridos direta ou indiretamente nessa relação, porém em sua conduta e valores sociais estavam subordinados a essa dicotomia.

de relações raciais hierarquizadas para perpetuar os interesses econômicos, políticos e ideo-culturais de um projeto de nação que passava a ser construído.

Nessa esteira, caberia a incorporação da população negra no mercado de trabalho de forma subalterna e suplementar após 1888, pois como vimos, o trabalho livre já havia sido dinamizado, ainda que o desenvolvimento industrial fosse ínfimo, com a ocupação significativa e crescente de imigrantes europeus na consolidação de um projeto que pretendia ocultar a herança da escravidão e modificar a imagem do país, valendo – se do genocídio da população negra via branqueamento da sociedade brasileira.

Com isso, no processo de subsunção formal do trabalho ao capital, nos marcos do trabalho livre e igualdade jurídico-política, a contradição suplementar estabelecida entre as relações étnico-raciais foi necessariamente a saída para o rebaixamento salarial dos trabalhadores. Como assinala Moura (1984):

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande *franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa *franja* foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. (MOURA, 1984, p. 133).

Apesar do lugar subalterno ocupado pela população negra no mercado de trabalho, educação, território e demais acessos, até o final de 1970 a hegemonia que prevalecia no Brasil era do discurso da mestiçagem. Um discurso que corresponde ao que convencionalmente conhecemos por “democracia racial”, cujas bases se consolidaram no pós-abolição, ao incorporar as diferenças biológicas, políticas, culturais e sociais em uma mesma matriz sincrética e híbrida (GUIMARÃES, 2001). Um projeto promissor no ocultamento das desigualdades raciais que, mesmo com o reconhecimento oficial por parte do estado sobre a existência do racismo no Brasil (1995), a luta histórica do movimento negro brasileiro e algumas conquistas no âmbito do antirracismo, o “mito da democracia racial” ainda é um desafio a ser enfrentado na sociedade brasileira. Apesar do racismo se

apresentar de forma explícita e violenta na atualidade, dada ascensão neoconservadora, ao mesmo tempo se mistura ideologicamente em discursos que ocultam a sua existência, como "minha cor é o Brasil", conforme propaga o atual presidente.

Vimos até aqui, que o debate moureano traz contribuições fundamentais para apreensão radical das relações sociais que perpassa pelo movimento histórico da luta de classes (que tem cor, sexualidade e territorialidades). Ademais, ajuda no desvelamento de contradições que envolvem as relações Estado e Sociedade na particularidade da formação social brasileira, contribuindo para a superação de questões repostas de autoritarismos, militarização da vida e despolitização da questão social (que não se desvincula da questão racial – ao contrário, muitas vezes serve de cortina de fumaça aos olhos da sociedade racista como sustentáculo da classe dominante).

Nesta direção, o próximo item retoma o debate dos fundamentos e da formação profissional e como o debate racial mediado por Clóvis Moura, nos ajuda nesta busca de uma dialética radical.

3. CLÓVIS MOURA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL.

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. O objeto de estudo e intervenção profissional é a chamada “questão social” e a manifestação das suas expressões no cotidiano institucional de trabalho das/os assistentes sociais e na (re)produção da vida material e espiritual da população usuária de seus serviços.

É uma profissão que se fundamenta em conhecimentos teóricos, práticos e políticos, assim como em valores e pressupostos éticos (GUERRA, 2020). Além disso, é especializada no trabalho coletivo dentro dos quadros do capitalismo industrial e da expansão urbana brasileira (IAMAMOTO, 2012).

Guerra (2019) nos orienta que é importante compreender que o Serviço Social forma assistentes sociais, e que esse processo deve dar conta de relacionar o passado, o presente e apontar as tendências para o futuro.

Sabemos que o legado crítico desta profissão é forjado no movimento de reconceituação desde a década de 1960, com questionamentos que partem da realidade Latinoamericana frente ao Imperialismo e as profundas mazelas sociais e econômicas que assolam a história dos povos e classe trabalhadora deste vasto continente. Isso implicou nas mais distintas posições e leituras teórico-políticas sobre este processo e sobre a própria concepção de profissão. Fruto das aproximações sucessivas do real, do aprofundamento de tendências críticas do pensamento social e das lutas e movimento na história, o serviço social se renova (IAMAMOTO e SANTOS, 2021). Mas, são nas décadas posteriores (1970 e 1980) que se constitui o marco histórico da cultura profissional do Serviço Social, que promoveu permanentemente a revisão crítica das nossas formações e representações teórica-metodológicas, didático-pedagógicas, ético-políticas e jurídico-formal, construídas coletivamente. (GUERRA, 2019)

Autoras como Yazbek e Iamamoto (2019), apontam que no processo histórico brasileiro o debate sobre os fundamentos na direção do marxismo amadurece e adensa-se diante da necessidade garantir a concepção de um *Serviço Social na História*, pautado na profunda articulação entre *história*, *teoria* e *método*, reivindicando a história radical do movimento das classes e sua superação como horizonte das transformações sociais, dos fundamentos e do trabalho profissional (IAMAMOTO e SANTOS, 2021). Neste bojo, as diretrizes curriculares são parte importante desta construção, pois apontam uma nova direção social para a profissão, indicando um perfil profissional que deve ser pretendido pela formação:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissionais dotado de formação intelectual e cultural *generalista crítica*, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do assistente social (ABEPSS, 2007).

É importante pontuar a necessidade de desvelar, analisar e compreender a relação estabelecida entre o Serviço Social e o racismo, e, fundamentalmente, entre a questão étnico-racial e a questão social.

Mas essa compreensão, no âmbito da profissão, só pode se dar a partir da

apropriação do processo histórico da racialização dos processos que compreendem a produção e reprodução da vida social, objetivando a desnaturalização do racismo no âmbito da formação e trabalho profissional.

Esse é, fundamentalmente, um dos debates que precisam ser contemplados ao analisar os fundamentos do Serviço Social brasileiro, principalmente ao considerar os avanços e limites que esse debate alcançou nas últimas décadas no âmbito da profissão. Neste sentido, a questão racial precisa ser tratada como elemento constitutivo das relações sociais, em especial no Brasil. Assim, a questão deve ser tratada não como mero desdobramento da questão social ou um tema específico e desarticulado do conjunto da formação e do trabalho profissional.

Na obra moureana, emergem categorias fundamentais que permitem a apreensão da formação da classe trabalhadora, sua divisão racial, sexual, social e territorial do trabalho. A partir da compreensão dos *mecanismos de barragem* (MOURA, 2019), que estiveram presentes no período de escravização (*pleno e tardio*) (MOURA, 2014a) e se renovaram na constituição da República constituída sobre um *Mito da democracia racial*, de um *país dependente* e autoritário (MOURA, 2021). Ademais, provoca pensar o negro como sujeito da história, a promover *rebeliões e quilombos* para alicerçar uma *práxis rebelde* e essencialmente libertária/emancipada (MOURA, 2019, 2014a, 2014, 2020 e 2021). Esta produção dialoga com a concepção dos fundamentos da profissão uma vez que

Constata-se que tal superação, passa necessariamente, pela compreensão do movimento das classes, uma vez que o serviço social busca a perspectiva da totalidade histórica. Assim, o debate da profissão engloba o enfrentamento das diferentes formas de opressões e exploração de classe, não como fenômenos isolados ou ocasionais, mas como parte inerente da origem e reprodução da lei geral de acumulação capitalista em seus diferentes momentos e particularidades sócio-históricas, onde o racismo precisa ser compreendido como elemento estrutural desta sociedade. (ELPIDIO, 2020, p. 523)

Desse modo, é possível presumir a partir do referencial crítico que o racismo é estrutural e estruturante no conjunto das relações sociais, presente na dinâmica econômica, social e política, atravessando todas as esferas da vida social (ALMEIDA, 2019). Tal compreensão é, portanto, fundamental para articulação com o debate do trabalho e da formação em Serviço Social na direção do enfrentamento e combate ao racismo.

Dessa forma, se é o processo histórico que nos permite desvelar os fundamentos do Serviço Social, também é ele, que nos permite compreender os estranhamentos e as aproximações do Serviço Social com as relações étnico-raciais.

Ao posicionar o debate da questão racial em uma perspectiva marxiana ao longo de sua obra, Clóvis Moura impõe o deslocamento enquanto uma categoria sociológica e se contrapõe ao que correntes filosóficas alinhadas as distintas frações das classes dominantes organizam nos seus modelos de pensamento baseados na lógica formal-abstrata.

Destarte Iamamoto (2001) aponta a necessidade de maior profundidade a apontar que “a premissa é de que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho” (p. 10), o que implica em umbilical ligação com o processo de acumulação e os desdobramentos sobre as classes sociais, em especial a classe trabalhadora. O que “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” (p.16) e, portanto, expressa “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (p. 17). Temos com isso uma firme orientação sobre as raízes e formas de expressão desse elemento nuclear da profissão e que ao mesmo tempo reserva o centro da intervenção da categoria profissional.

Assim, no bojo das elaborações que buscam contribuir no esforço de atualizar as discussões sobre a questão social⁸ e a centralidade do debate das relações raciais nesse processo, é preciso perceber essas conexões também nas discussões sobre a formação profissional e a apropriação dos fundamentos da Teoria Social de Marx. Entendendo o pressuposto da categoria profissional como trabalhadores assalariados, obrigados a vender sua força de trabalho em diversas instituições (sejam privadas, órgãos públicos ou entidades sem fins lucrativos). Qualificar essa temática é parte do processo de orientar a capacidade competente dos assistentes sociais para intervir na realidade do tempo presente, assolada por

⁸Que podem ser observadas na edição n. 42 da revista *Temporalis*. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410>> Acesso em 30 de agosto de 2022.

transformações no mundo do trabalho e que implica em agudização da contradição capital-trabalho e as mais diversas formas de intensificação das formas de exploração, opressões e expropriações.

Nesse sentido é importante ressaltar algumas iniciativas recentes que buscam dar conta do debate das relações raciais pertinentes ao Serviço Social. Em 2010 foi criado o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, relações de exploração/opressões de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades” na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); em 2016 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) fez o lançamento da cartilha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”; em 2018 ocorreu o lançamento dos “Subsídios para o debate sobre questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, tal elaboração aborda que o:

Debate da questão étnico-racial efetiva-se na medida em que a mesma, sob o rigor da análise crítica da sociedade capitalista e seus processos de produção e reprodução, deve ser considerada como um dos eixos estruturais e estruturantes das relações sociais. (ABEPSS, 2018, p. 427).

Sob essa ótica, o Serviço Social brasileiro já galgou importantes passos, como a demarcação do Código de Ética de 1993 a respeito do combate a toda forma de opressão e discriminação como um de seus princípios e as Diretrizes Curriculares de 1996 em que está a incorporação de conteúdos sobre a questão étnico-racial nos currículos acadêmicos.

Nesse sentido, a questão racial tende a dar centralidade à unidade articulada preconizada nos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares e sendo assim, deve ser parte do cotidiano profissional da categoria, que é um terreno em que podemos apontar as lacunas de perspectivas teóricas e correntes filosóficas vinculadas a lógicas formais e abstratas e o contraponto apresentado pela dialética presente na Teoria Social de Marx. Um embate caro não só para o debate das relações raciais, mas para o Serviço Social e seu legado.

Ressaltamos novamente que as relações raciais não podem ser analisadas apartadas da totalidade social. Para nós, tal constatação abre um flanco de diálogo permanente com a Teoria Social de Marx, visto a própria construção interna dos nexos das categorias que dão forma ao método materialista histórico-dialético. Ainda que parcial e com necessidade de maior aprofundamento, essa relação é apontada

pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Uma indicação que permite compreender como a formação social brasileira é impregnada de determinações “permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos [...] tais como suas desigualdades sociais, diferenciações de classe, de gênero e étnico-racial” (ABEPSS/CEDEPSS, 1997, p. 65).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos com esses apontamentos afirmar que o debate sobre a questão social no Brasil está em plena atualização no Serviço Social e desejamos nos somar nesta empreitada. Dessa forma, importa pontuar que coadunamos com as contribuições expressas nas obras de Márcia Eurico (2017; 2018), Magali da Silva Almeida (2014), Roseli Rocha (2014), Ana Paula Procópio (2017) e Sheila Almeida Dias (2015) – dentre outres, sobre a necessidade de incrementar a abordagem do Serviço Social sobre a questão social e relações raciais.

Ademais a proposição deste trabalho é contribuir na abertura do debate com a categoria sobre a contribuição do pensamento social de Clóvis Moura aos fundamentos do serviço social, sobretudo em dois aspectos, quais sejam: i) a intrínseca articulação entre questão social e questão racial na formação do capitalismo dependente brasileiro; e ii) a relação da questão racial e questão social - este último objeto de intervenção do serviço social - nos fundamentos da gênese e consolidação da profissão na particularidade brasileira, bem como os reflexos na formação em serviço social.

Portanto, nos parece necessário pautar e reivindicar o legado das obras do marxista Clóvis Moura e a teoria crítica no debate da questão racial para firmar nossas análises críticas da realidade brasileira e os fundamentos teóricos, metodológicos e históricos do serviço social. Trata-se de um elemento estrutural destas relações e assim, carece ser abordado em suas múltiplas dimensões e determinações que de forma contundente e efetiva, precisa atravessar o conjunto da formação nos três Núcleos das DC e possui ainda, particularidades e conteúdos que

evidenciem “a história que a história não conta”⁹ (em disciplinas obrigatórias e eletivas, pesquisas, atividades, produções, vivências – que perpassam a formação graduada e pós-graduada)

Portanto, o que pretendemos neste trabalho coletivo é tratar da questão racial como o tema central para compreensão das relações sociais, as particularidades sociohistóricas e o movimento das classes. Tais processos implicam visceralmente na chamada questão social e no Serviço Social que tem em suas expressões a sua matéria prima. Tomando como aporte as contribuições do intelectual militante Clóvis Moura sustentamos a compreensão da questão social como fundante no processo de formação social brasileira e a população negra como sujeito ativo na construção da história.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Revista Temporalis, n, São Luís, 2007.

ABEPSS. **Subsídios para o Debate da Questão Étnico-racial na Formação profissional**. Vitória. Dezembro de 2018.

ABEPSS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de Nov. 1996) Cadernos ABESS. n. 07. **Formação Profissional: trajetórias e desafios**. Edição Especial. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo**. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 131- 154. 2014.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ALMEIDA, Sheila Dias. **Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes**. Temporalis. n. 29. Jan/jun, 2015.

9 Fragmento do samba enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, campeã dos desfiles do Carnaval de 2019 do Rio de Janeiro com o enredo “História para ninar gente grande”. Ler sobre: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2019/03/samba-da-mangueira-traz-marielle-e-dandara-e-a-historia-que-a-historia-nao-conta/>. Acesso em 30/09/2022.

ELPIDIO, Maria Helena. **Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional.** *R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020 ISSN 1982-0259. Acesso em 12/03/2021 em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p519>*

_____. Os fundamentos do serviço social e a questão racial étnico-racial In: ELPIDIO, M. H., VALDO, J. P., ROCHA, R. S. **DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA: questão étnico-racial em debate.** 1. ed. São Paulo : Annablume, 2021. , p. 73-97.

EURICO, Marcia. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social.** *Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.*

EURICO, Marcia. **Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social.** *SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, jul.-dez./2017.*

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUERRA, Y; LEITE, J. L; ORTIZ, F. G. (org). **Temas Contemporâneos: o serviço social em foco.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** Campinas-SP, Papel Social, 2018.

_____. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In.: GUERRA, Y... [et al]. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** -2. Ed. Campinas: Papel Social, 2019.

_____. Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos. In: FORTI, V. e GUERRA, Y. **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social. Coleção Fundamentos críticos para o Serviço Social,** número 1.

Fortaleza. Socialis, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. *Revista Tempo Social*, São Paulo, 13 (2), p. 121- 142, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V.. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. IN: *Temporalis/Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social*. Ano. 2, n.3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, pp. 9-32.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.) **A história pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo, Cortez, 2021.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'anna. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O capital**. Crítica da Economia Política. Vol I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, C. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

_____. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedicação Anita Garibaldi, 2014a.

_____. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

_____. O racismo como arma ideológica da dominação. In: MOURA, C. **Racismo e luta de classes no Brasil**. Textos escolhidos de Clóvis Moura. Ed Terra Sem Amos: Brasil, p. 19- 46, 2020.

_____. Particularidades do racismo brasileiro. [Revista Princípios](#), nº 32, fev-abr 1994.

_____. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014b.

_____. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, 14 – p. 124- 137, 1983.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 2019.

PROCÓPIO, Ana. Paula. **O contrário de casa grande não é senzala**. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

ROCHA, R. da F. A. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, S. R. V.; FAGUNDES, G. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.25, p. 222- 231, n.2, maio- ago., 2022.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS**. Tese (Doutorado), UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: 2019.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

YAZBEK, C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

,

,

,